



O retrato da capital da crise

Nunca, em seus 27 anos, Brasília enfrentou tantos problemas ao mesmo tempo. Hoje, Brasília é o retrato de um Brasil em crise. Uma capital sem condições de superar suas próprias dificuldades, como as greves no GDF. Por isso, o único presente que espera neste aniversário sem grandes festas, é poder eleger seu governador.

POLÍTICA

A vez do voto para governador

Maria Félix

A campanha pela realização de eleições diretas para a escolha de governador de Brasília e a formação de uma Assembleia Legislativa, ganhou às ruas na semana passada. Os próprios governantes admitem que a campanha chegou um pouco tarde. Tarde para uma cidade que se tornou, em apenas 27 anos, num símbolo da modernidade pelo seu traçado arquitetônico, surgida de uma ideia simples, um "rabisco" em forma de sinal da cruz. Mas nunca tarde para um "rabisco que pulsa", conforme definiu o poeta Carlos Drummond de Andrade.

Ao assumir o governo no dia 9 de maio de 1985, o governador José Aparecido disse em seu discurso de posse que iria preparar a cidade para eleger seus governantes. Ele seria o último governador indicado. Apesar de ser favorável às eleições, ele não se engajará na campanha porque, conforme já declarou, ocupa um cargo de confiança do presidente José Sarney. José Aparecido sabe, no entanto, que o processo de escolha dos governantes da capital da República vem acontecendo de uma maneira tão rápida que nem ele mesmo precisa acelerá-lo.

"Acho muito importante a realização de diretas, principalmente agora em que o país vive a sua hora de reconstrução nacional", declarou o governador após o seu partido, o PMDB, lançar nas ruas da campanha pela escolha de representantes, através do voto direto em 1988.

Isso significa que o governador terá que deixar o GDF antes do tempo. Os parlamentares eleitos por Brasília e a população querem que o Palácio do Buriti, a partir de 1988, não seja mais uma extensão do Palácio do Planalto. O governador José Aparecido tem, portanto, este ano para trabalhar e entrar para a história. Ele próprio já afirmou que quer entrar para a história e por isso realizará grandes obras no Distrito Federal.

Reforma não sai

Entre as grandes obras que o governador quer realizar, consta o projeto de implantação de um metrô ligando as cidades-satélites ao Plano Piloto. Consta ainda a despoluição do Lago Paranoá e a criação de novas reservas de água potável porque a população corre o risco de ficar sem água, dentro de mais alguns anos.

A obra maior, no entanto, trata-se da realização de uma reforma administrativa no próprio Governo do Distrito Federal. Esta, nenhum governador depois de Plínio Cantanhede, conhecido como um estruturalista por excelência, teve coragem de executá-la. A reforma implica em demitir grande parte dos 82 mil funcionários do GDF, alguns que não frequentam seus empregos; dar autonomia total às cidades-satélites e descentralizar e planejar a máquina administrativa do governo.

Implica ainda em dar poderes aos secretários de governo para que falem e respondam integralmente por suas pastas. Hoje, há uma centralização excessiva no governo do Distrito Federal. Toda e qualquer decisão tem que passar pela Procuradoria Geral do GDF e pelo gabinete do governador. Tal questão afunila e congestiona a execução de projetos.

A lei que dá amplos poderes à realização da reforma administrativa no GDF é antiga, de 1966. O governador José Aparecido, no papel de primeiro chefe da casa da

Nova República, deu um impulso ao desenvolvimento da Lei 4545/66, criando a Secretaria Extraordinária de Reforma Administrativa. Para dirigir a pasta foi indicado o técnico William de Carvalho. Este, no entanto, foi o primeiro secretário a cair.

Com um projeto pronto em uma das gavetas de seu escritório, localizado a 10 metros do gabinete do governador, William de Carvalho pediu demissão e carregou consigo todos os planos e programas da reforma. Até o momento, o Palácio do Buriti não explicou os motivos da demissão de Carvalho. Este último prefere não tocar no assunto. Sabe-se que José Aparecido convidou o técnico Piquet Carneiro, que trabalhou na equipe do ex-presidente João Figueiredo.

No projeto de William consta, no entanto, a adequação da máquina do governo, o que significa retirar o excesso de funcionários, remanejar alguns e tornar o processo mais dinâmico. Politicamente isso não é bom. Enquanto isso, o GDF continua com uma administração obsoleta, aquém das expectativas dos novos tempos, o que, para muitos, implica na realização das diretas. Esta, no entanto, é uma questão delicada, já que nenhum governante quer demitir funcionários e tornar-se impopular, principalmente quando chega ao poder pelo voto do povo.

HABITAÇÃO

Déficit de 150 mil moradias

Mônica Silveira

Brasília, construída em ritmo de 50 anos em cinco e planejada para abrigar 500 mil habitantes até o ano 2.000, teve como principal atrativo em seu início a facilidade de moradia através da instituição dos apartamentos funcionais. Hoje, com uma população de 1 milhão e 700 mil habitantes, a cidade conta com um déficit de 150 mil residências e a proliferação de inquilinos de fundos de lote, posseiros urbanos e favelados.

A cidade convive com os alugueis mais caros do País e uma grande especulação imobiliária. A classe média do Plano Piloto, não suportando o impacto e os despejos, começa a se transferir para as cidades-satélites, criando um novo filão para as imobiliárias e expulsando os antigos moradores para invasões ou para os fundos de lote, onde amontoam-se até 15 famílias em situação subumana.

Uma das alternativas para minorar o problema foi realizada há dois meses, quando a Shis (Sociedade de Habitação e Interesse Social) recadastrou 190 mil inscritos para um programa de 20 mil unidades habitacionais para população de baixa renda. O projeto "Brasília Revisitada", do urbanista Lúcio Costa, que expande o Plano Piloto, é outra solução apontada pelo GDF.

As soluções, porém, desencadearam uma polêmica na cidade. O Sindicato dos Arquitetos diz que Lúcio Costa volta a incorrer no mesmo equívoco quando torna a estabelecer um limite populacional para Brasília. O novo teto de 2.500 mil habitantes não respeita a dinâmica do Distrito Federal, que cresce por processos sócio-econômicos e não tem como parar a partir de deliberações governamentais.

Pelo mesmo Sindicato é atribuída à Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) a não utilização social do solo, o que concorre para a estimulação da especulação e benefício exclusivo das empresas de construção civil. Sistemas alternativos de produção são sugeridos, onde o mutirão é tido como ideal, bastando somente a



O racionamento de água já chegou para a população de baixa renda libertação das terras pelo GDF.

O Conselho Comunitário Popular, que congrega diversas associações de moradores defende a racionalização dos espaços das cidades-satélites, ao invés da expansão do Plano Piloto proposta por Lúcio Costa e desde fevereiro aprovada pelo Cauma (Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente) do GDF. A reivindicação parte do princípio de que as relações urbanas já estabelecidas no DF devam ser respeitadas e qualquer alteração, trabalhada em conjunto com a comunidade.

O Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB, levando em conta o déficit habitacional das satélites e o não balanceamento da oferta de empregos entre estas cidades e o Plano Piloto, vê a necessidade de descentralização das atividades que não sejam imprescindíveis no centro urbano de Brasília.

Outra grande polêmica habitacional gira em torno de duas vilas que datam da época da construção da cidade: Planalto e Paranoá. O medo da expulsão e a não permissão por parte da Terracap para melhorias ou reformas das casas assalta os moradores, que há muito solicitam do governo a sua fixação. Sem saneamento básico, urbanização e infra-estrutura, ambas as vilas possuem projetos comunitários para o seu assentamento. O projeto da Vila Planalto foi entregue ao SVO no sábado



A revolta do povo resultou na depredação de carros da polícia

ça, não escapa mais hoje — como já escapou — da crônica crise sócio-econômica que assola o país. E responde, tal como outras capitais, com verdadeiros surtos de greve.

Surto que não necessariamente nasceu em 1960, mas com a falência do regime militar a partir de 1982, terceiro ano do último governo militar, comandado pelo general João Figueiredo. O fatídico mês de setembro desse ano, quando o governo brasileiro decretava, de vez, a ruína da economia nacional promovendo vultuosos empréstimos junto ao FMI para tirar o país da bancarrota. Em contrapartida, mergulhava o país em profunda recessão. Brasília, acompanhando os exemplos das mobilizações dos trabalhadores do ABC paulista e das indústrias do Rio de Janeiro que começavam a parar o Brasil de ponta a ponta, começa a conviver com o fenômeno das greves.

A organização sindical estruturou-se amplamente no Distrito Federal através das recém-instaladas sedes regionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que inauguram os movimentos grevistas em Brasília. Quatro sindicatos passaram a liderar, através da participação ativa das duas centrais sindicais, as mobilizações dos trabalhadores brasilienses em busca de melhores salários e de condições de trabalho: os Sindicatos dos Rodovários, dos Bancários, dos Professores e dos Médicos.

Recorde

1987. Ao completar 27 anos, Brasília bate o recorde em números de greves: 17 em apenas três meses e meio. Quase 50% das greves ocorreram em órgãos do Governo do Distrito Federal, que desde 1960 não convivia com tal índice de movimentos paralisantes. De janeiro a março pararam, os garis, vigilantes, médicos, residentes, funcionários da Codeplan, da Novacap, da Caesb e da Fundação Zoobotânica, provocando um desabafo do governador José Aparecido de Oliveira no início de abril: "Passei a ser um administrador de greves".

No quadro geral de reivindicações, o trabalhador brasiliense — que desde de suas origens sofre a frustração de não ter visto cumprir a promessa de Juscelino em vender, a preços simbólicos, os apartamentos das quadras 400 aos candangos construtores da capital — pediu a reposição salarial, aumentos reais entre 20% e 30% e Planos de Cargos e Salários. Os órgãos do GDF, quase todos deficitários em função da extrema dependência do orçamento do Governo Federal, não oferecem, a funcionários com 20 a 25 anos de serviços, estabilidade salarial e de ascensão funcional.

Em defesa desses direitos, surgiram cinco expressivas greves em menos de quatro meses: a dos médicos, a dos bancários, a dos servidores de nível médio da Fundação Hospitalar, a dos garis e a dos professores. A greve dos professores, aliás, continua e não há sinais de que vá acabar tão cedo.

Mas a luta dos sindicatos extrapolou as questões trabalhistas. Hoje, a grande maioria une-se aos movimentos políticos em defesa das eleições diretas para governador do Distrito Federal, numa tentativa de por fim aos 27 anos de governadores biónicos.

As esperanças de uma vida melhor para o cidadão da capital, traçadas nas linhas de Oscar Niemeyer, e Lúcio Costa, contrastam, em muito, com a realidade dos 27 anos da capital da Nova República. A questão é discutível, já inúmeras vezes transformadas em teses sociológicas dentro e fora do país. Mas é uma constatação, uma realidade concreta de que a Brasília de hoje, ao completar seus 27 anos

de idade e de comando político, econômico e social do país, luta em busca de sua identidade, e independência, longe de ser um mito, um sonho articulado durante os anos dourados da década de 50.

SANEAMENTO

Maioria não tem água nem esgoto

Helena Cirineu

A falta de saneamento básico é um dos graves problemas que vêm afetando Brasília, nos seus 27 anos de idade. Projetada para uma população de 500 mil habitantes, ela conta hoje, com mais de 1,7 milhão de pessoas. Mais da metade deste contingente não conta com esgoto sanitário e a água é escassa. As barragens do Rio Descoberto, Santa Maria e Torto não estão sendo suficientes para abastecer a cidade e tem baixado a vazão de água, devido o aumento no consumo.

No ano passado, nesta mesma época, somado a vazão destas três barragens e mais alguns córregos que abastece a cidade, a Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) fornecia 5.200 litros de água por segundo. Hoje, a capacidade caiu para 4.300 litros por segundo, enquanto que a demanda está acima de 5 mil. Esta defasagem levou a Caesb a determinar que, a partir de 1º de maio, será implantado o racionamento de água. "Esta medida será inevitável", disse o diretor de operações da empresa, Antônio de Pádua.

Realidades

Segundo o presidente da Caesb, William Penido, o aumento acelerado da população do Distrito Federal, nos últimos anos, alterou profundamente os planos e programas iniciais de abastecimento de água da capital e cidades-satélites. "Não podemos distanciar-se desta realidade, o governo tem sido forçado a intensificar os ritmos das obras no setor de saneamento", ressaltando que nem sempre haverá recursos financeiros disponíveis.

A última tentativa do governo foi pedir um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), da ordem de 300 milhões de dólares. Com essa verba, que deverá sair em agosto, o Governo do Distrito Federal pretende ampliar a capacidade da barragem do Rio Descoberto e construir a de São Bartolomeu. Mesmo se as obras iniciassem hoje, este problema ainda persistiria por mais dois anos, uma vez que a previsão para a ampliação do Descoberto é de dois anos e a construção da São Bartolomeu é de cinco anos.

Enquanto isto a população terá que mudar hábitos e costumes nos próximos oito meses, quando será submetida ao racionamento de água. A recomendação da Caesb é de que seja evitado o desperdício e feito o máximo de economia, para que o racionamento seja mais brando. Do contrário, o brasiliense deverá ser submetido a cortes de água com mais frequência, o que levará a população a ficar mais tempo sem água.

A situação de esgoto sanitário também é precária. Brasília dispõe de apenas três estações de tratamento de esgotos: duas no Plano Piloto e uma em Sobradinho, além de quatro lagoas de estabilização, sendo duas no Guará, uma em Planaltina e outra em Brazlândia. No ano passado, apenas 500 mil habitantes eram servidos com esgoto sanitário. A situação é visível nas regiões mais carentes da cidade, onde os detritos são jogados diretamente nas ruas, como na Vila Planalto, Paranoá e outros. Na Ceilândia, por exemplo, o serviço de saneamento básico é completamente precário.